EXECUTIVO

Lula: "É preciso ter responsabilidade fiscal"

Presidente afirma ser necessária uma "economia arrumada" para atrair investimentos ao país. Durigan sustenta que reunião do petista com economistas e outros ministros "foi uma conversa bastante arejada sobre diagnósticos e caminhos para o futuro"

» RAPHAEL PATI
» PEDRO JOSÉ BORGES

Reprodução/@LulaOficial



Lula e Janones: "Amanhã (hoje), vamos fazer a primeira discussão, que vou criar e mandar a medida provisória criando o Ministério da Segurança Pública"

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu, ontem, a responsabilidade fiscal e a segurança jurídica como condições para atrair investimentos ao país. "Temos de ter uma economia arrumada, visto que ninguém investe em um cenário desordenado. É preciso provar a quem votou que valeu a pena a mobilização do povo nas ruas, nas redes e o esforço dos idosos para apoiar um projeto que devolve a dignidade ao Brasil", declarou, durante a 1ª reunião do Conselho para Industrialização de Minerais Críticos.

De acordo com Lula, para atrair capital, é preciso seriedade. "As pessoas vão colocar dinheiro aqui se perceberem que os investimentos delas vão criar o benefício para os objetivos delas e, ao mesmo tempo, gerar retorno financeiro para os seus investimentos", frisou. "É por isso que temos que ter responsabilidade jurídica, é por isso que temos que ter responsabilidade fiscal e é por isso que a gente não pode brincar de fazer parcerias."

Lula planeja quais devem ser as políticas econômicas para o quarto mandato. Durante a campanha eleitoral, ele implementou uma série de medidas que elevou as despesas da máquina pública.

Ontem, Lula esteve com o vice-presidente Geraldo Alckmin, ministros de governo e economistas, no Palácio da Alvorada para uma reunião que terminou sem a definição de uma nova medida para controlar a trajetória fiscal e a dívida pública.

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, um dos participantes do encontro, sinalizou à imprensa que o governo não deve anunciar nenhuma ação antes das viagens internacionais do presidente — ele vai à Turquia e às Filipinas.

A expectativa é que, após o retorno de Lula, na segunda quinzena do mês, a equipe econômica apresente novas propostas para o chefe do Executivo. "A gente não tratou das medidas, a gente tratou de uma conversa bastante arejada sobre diagnósticos, caminhos para o futuro", afirmou Durigan. "E o que eu e o ministro Bruno Moretti (do Planejamento) vamos fazer é considerar o que foi dito a partir do que a gente já estava estudando para quando o presidente voltar. Aí, sim, levar medidas para a consideração do presidente."

Durigan tentou acalmar o setor produtivo e os investidores ao afirmar que não haverá falta de "previsibilidade e regras claras" para a política fiscal. "Eu faço questão de comunicar qualquer avanço que a gente tiver nesse sentido, de maneira que a gente dê transparência, sempre garantindo o compromisso eleitoral do presidente, que é o seu compromisso social de sempre, com o nosso compromisso de seguir avançando e melhorando o resultado primário do país, que vai ser melhor a cada ano nesses próximos quatro anos", acrescentou.

O mercado ainda espera sinalizações importantes sobre como a equipe econômica pretende trabalhar para reduzir a taxa básica de juros, atualmente em 13,75% ao ano, além de impedir um crescimento maior da Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), que chegou recentemente a 82,9%, segundo cálculos do Banco Central.

Também há ainda uma indefinição sobre qual deve ser o próximo ministro da Fazenda. A permanência de Durigan no cargo é improvável, e os principais nomes fortes para assumir a pasta são Alckmin e Rafael Fonteles, governador reeleito do Piauí.

Nesse fim de semana, Lula fará um pronunciamento em cadeia de rádio e TV sobre a política econômica do próximo governo. Na conversa com jornalistas, Durigan preferiu não adiantar o que deve ser tratado na declaração do presidente, mas adiantou que não existe "fórmula mágica" para a política fiscal.

"Não nos parece haver fórmula mágica, e, sim, manutenção dos compromissos fiscais. O compromisso é de seguir melhorando as contas públicas com a manutenção e o reforço do que precisa ser reforçado nas regras fiscais atuais, de modo que a gente siga melhorando tanto indicadores sociais, políticas públicas, quanto no resultado das contas públicas do governo", destacou o ministro. (**Colaborou Francisco Artur de Lima**)

Leia sobre minerais críticos na página 8

Participantes da reunião

Também participaram da reunião as ministras Miriam Belchior, da Casa Civil, e Esther Dweck, da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, além dos ex-ministros da Fazenda Fernando Haddad e Guido Mantega. Ainda estiveram no encontro a economista Laura Carvalho, professora da Universidade de São Paulo (USP); o empresário e economista Eduardo Moreira; o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante; e o ex-presidente da instituição Luciano Coutinho.

Ministério da Segurança

O presidente Lula disse que iniciará hoje as discussões para a criação do Ministério da Segurança Pública. Na "live da vitória" no YouTube, ao lado do deputado André Janones (Rede-MG), o petista afirmou que a nova pasta estará prevista em uma medida provisória, mas não deixou claro quando pretende editar o texto.

"Amanhã (hoje), já vamos fazer a primeira discussão, que vou criar e mandar a medida provisória criando o Ministério da Segurança Pública, discutindo dinheiro para a gente gastar, investir e garantir aquela frase: 'Ao trabalhador, proteção. Ao bandido, a prisão'", declarou.

Lula condicionava a criação da nova pasta à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública, que recebeu o aval do Senado na terça-feira. O texto ainda precisa ser promulgado pelo Congresso.

Na live, Lula chamou Janones para acompanhá-lo em viagens internacionais e realizar transmissões ao vivo durante os compromissos.

O deputado ganhou projeção durante a campanha do segundo turno ao criar o chamado "Exército do Lula", mobilização que reuniu mais de 10 milhões de seguidores em um canal do WhatsApp.

Na conversa, Lula afirmou que viajará à Turquia na segunda-feira, para participar da COP31, e sugeriu que o deputado o acompanhe para realizar transmissões com os apoiadores.

"Depois da Turquia, vou fazer uma viagem de trabalho nas Filipinas, e você aproveita e vai junto também. Podemos fazer uma live das Filipinas para cá. É o nosso exército itinerante no mundo", brincou.

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Oásis fiscal paraguaio era uma miragem que atraiu empresas brasileiras

A crise do Ueno Bank e a derrocada de Santiago Peña desfizeram uma ilusão vendida a empresários brasileiros de que bastaria atravessar a fronteira para encontrar impostos baixos, energia barata e segurança permanente para investir. Peña apresentou a renúncia ontem, enquanto avançava na Câmara a acusação para seu impeachment. O desmoronamento de seu governo já expõe a fragilidade do paraíso anunciado.

A miragem não estava na existência de vantagens competitivas paraguaias. Estava na promessa de que elas dispensariam instituições sólidas, fiscalização independente e proteção efetiva da poupança. Os baixíssimos impostos melhoravam os resultados das empresas, porém não garantem que o dinheiro destinado à folha de pagamento estará disponível na manhã seguinte. Quando o aplicativo do banco já não funciona e os depósitos são bloqueados, o oásis da simplicidade tributária perde e vira uma miragem sem encantamento.

A presença brasileira na economia paraguaia mostra que essa aposta era alta e ultrapassou o comércio de fronteira. Alcançou indústrias, fornecedores de grandes redes e pequenos empreendedores que transferiram negócios e economias. Para muitos, o Paraguai representava uma alternativa aos custos e à burocracia brasileiros. A crise trouxe uma conta que não estava nas planilhas: o risco institucional. A vantagem fiscal se esvanece quando há perda de confiança no sistema financeiro.

O Ueno tornou esse problema concreto. É o Banco Master deles, sem o arcabouço institucional de um sistema financeiro robusto. A instituição cresceu rapidamente, recebeu recursos públicos e chegou a quase três milhões de clientes. Sua intervenção atingiu poupadores e comprometeu o acesso a dinheiro ligado à previdência. O episódio também colocou sob escrutínio as relações entre o banco, o governo e os responsáveis pela supervisão financeira. O colapso de uma instituição alcançou, assim, a própria Presidência.

Não se pode decretar a falência da economia paraguaia nem subestimar a capacidade instalada do sistema produtivo, do qual grandes empresas brasileiras fazem parte. Entretanto, estabilidade macroeconômica e segurança jurídica não são sinônimos. Inflação comportada e incentivos duradouros são vulneráveis quando faltam barreiras entre interesses privados, recursos públicos e poder político.

Para o Brasil, conter a crise paraguaia é muito importante. Empresas com dinheiro bloqueado atrasam salários, pagamentos a fornecedores e encomendas. Uma retração do consumo paraguaio afeta o comércio regional. Dificuldades de crédito podem alcançar cadeias produtivas integradas ao comércio mundial. A dimensão desses efeitos dependerá da recuperação dos depósitos e da capacidade de conter a desconfiança. Não há contágio bancário no Brasil, mas há razões para acompanhar de perto essa crise.

Energia da Itaipu

A questão mais estratégica está em Itaipu. Um governo enfraquecido, pressionado a recuperar investimentos e credibilidade, pode negociar em condições piores o uso de seu principal ativo econômico. A crise amplia o poder de barganha de grupos capazes de oferecer bilhões de dólares e promessas de modernização a um país em crise. É nesse terreno que a expansão da infraestrutura de inteligência artificial merece atenção.

Em outubro, a norte-americana Crusoe anunciou uma parceria com a paraguaia Araico para desenvolver infraestrutura de computação alimentada pela energia de Itaipu. O anúncio teve respaldo diplomático dos Estados Unidos. A imprensa paraguaia também levantou dúvidas sobre a transparência das condições de fornecimento pela administração elétrica nacional. São iniciativas anteriores à queda de Peña. A crise pode aumentar a pressão para apresentá-las como salvação econômica.

A "colonização" da economia paraguaia pelas big techs é um risco político, não ainda um fato consumado. O conceito faz sentido quando um país fornece eletricidade, território e benefícios fiscais, enquanto o controle tecnológico, os serviços de maior valor e as decisões permanecem no exterior. Centros de dados podem, sim, trazer desenvolvimento. Mas precisam deixar mais do que obras e consumo de energia: formação profissional, fornecedores locais, arrecadação e capacidade tecnológica. Sem contrapartidas, a abundância energética pode sustentar uma nova dependência.

O Brasil arca com consequências dessa escolha. O Tratado de Itaipu divide a energia igualmente e reconhece a cada país o direito de adquirir a parcela não utilizada pelo outro. Se o consumo paraguaio crescer, o excedente disponível ao Brasil poderá diminuir. Isso exige planejamento, sem negar ao vizinho seu direito ao desenvolvimento. Não há transparência nos compromissos assumidos e seus efeitos sobre a operação binacional.

O governo brasileiro tem a responsabilidade de combinar assistência aos cidadãos atingidos, diálogo institucional e defesa de transparência em Itaipu. Uma crise no Paraguai, mesmo que derrube um governo de direita adversário, não é motivo para comemoração. Trata-se de uma vulnerabilidade numa fronteira decisiva. O fracasso da promessa de um paraíso sem riscos não deve dar origem a uma saída que comprometa a energia barata por décadas, sem benefícios proporcionais para a sociedade. A miragem fiscal teria apenas mudado de aparência.